

**Dificuldades de aprendizagem de uma aluna com síndrome de down: Estudo de Caso do
5º ano, no município de Capanema-Pa**

*Learning difficulties of a student with down syndrome: Case Study of the 5th grade, in the
municipality of Capanema-Pa*

Arlen Maia de Melo
Rosalva do Rosário Maia
Secretaria Municipal de Educação
Peixe-Boi, Pará, Brasil
Ciane Silva Neves
Faculdade Pan-Americana
Capanema, Pará, Brasil

Resumo

O presente artigo dialoga sobre o processo de inclusão de uma estudante com Síndrome de Down no âmbito de uma escola pública do município de Capanema-Pa. Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo analisar a prática docente e seu planejamento, no que tange a elaboração de conteúdos utilizados em sala de aula, bem como, as dificuldades encontradas na realidade educacional da referida estudante. Em seguimento aos aportes teóricos, foram utilizados os textos de Libâneo (2004), Cortella (2017), Marchesi (2004) Salamanca (1994), assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996). A metodologia desse estudo é centrada na pesquisa bibliográfica, com atuação em campo, de cunho descritiva – qualitativa. Em suma, destaca-se como eixo de discussão a inclusão no contexto educacional atrelada às metodologias de ensino centradas nas necessidades do aluno.

Palavras-chave: Inclusão; Síndrome de Down; Ensino-Aprendizagem

Abstract:

This article discusses the theme of inclusion according to the student's integration bias in the school environment. In this sense, this research aims to analyze the teaching practice and its planning of the contents used in the classroom, as well as the difficulties encountered in the student's reality with Down Syndrome at a school located in the municipality of Capanema, Pará. Following the theoretical contributions, texts by Libâneo (2004), Cortella (2017), Marchesi (2004), Salamanca (1994) were used, as well as the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996). The methodology of this study is centered on bibliographic research, with field work, of a descriptive - qualitative nature. In short, inclusion in the educational context, linked to teaching methodologies centered on the student's needs, stands out as an axis of discussion.

Keywords: Inclusion; Down Syndrome; Teaching-Learning.

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da reflexão em torno da concepção docente e a prática inclusiva no âmbito das disciplinas correntes na grade curricular do curso de pedagogia da Faculdade Pan-Americana. Em vista disso, durante as aulas ministradas na disciplina Prática Inclusiva, foram realizadas pesquisas de campo relacionadas à vivência de alunos com deficiências no contexto educacional. Nesse sentido, foi possível observar os desafios da prática docente diante da realidade escolar da estudante com Síndrome de Down do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública na cidade de Capanema-Pa.

Essa pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa a partir da análise e confronto dos dados durante um estudo de caso que utilizou em seu percurso metodológico as observações do ambiente escolar, bem como, sua estrutura física, averiguação da sala pedagógica, as especificidades e recursos da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação do corpo docente, entrevista direcionada com a gestão escolar e o acompanhamento da prática pedagógica em sala de aula. Em virtude dessa análise, foi possível constatar os mecanismos de atuação e desenvolvimento da prática docente na perspectiva inclusiva e a possível inserção da estudante no processo de ensino-aprendizagem.

Esse artigo tem por objetivo externar abordagens referentes a uma deficiência que, faz parte do cotidiano da turma do quinto ano da escola municipal São Cristóvão. Sendo ela: Síndrome de Down. De acordo com as proposições e objetivos a serem alcançados nessa investigação, faz-se uma contextualização inicial sobre os subsídios pedagógicos e a apresentação estrutural do espaço escolar para construção de uma análise contundente com a presente proposta. Nesse sentido, verifica-se que a Escola possui 345 estudantes, sendo que destes, 25 são estudantes com deficiência. A estrutura física do prédio escolar apresenta espaços adaptáveis, porém as salas de aula não possuem estrutura climatizada, devido à falta de ventiladores. A escola possui 40 funcionários, de acordo com o diretor, “foi feita uma triagem para a seleção de funcionários de acordo com a afinidade de cada um”. A escola disponibiliza uma sala de Atendimento de Educação Especial (AEE) que conta com três professores especialistas; que atendem todos os dias, alunos com

deficiências, trabalhando as características de cada um, de acordo com o diretor Luiz Mário: “o plano de cada ação da escola é a parceria com a família”.

Esse artigo é composto por dois capítulos, sendo que o primeiro faz uma breve explanação sobre a educação inclusiva e o segundo aborda o conceito de Síndrome de Down, escola integradora, o papel do professor mediante a prática de ensino e a relação da referida escola no processo de inclusão.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 1994).

Em 1990, o Brasil reafirmou o compromisso de um novo modelo de educação que visa à inclusão de todos, percebe-se que um dos marcos principais para a implantação dessa nova concepção é a Declaração de Salamanca que se enquadra na área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994):

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

A partir desse acontecimento surgiram várias mudanças ao longo dos anos, no sistema de ensino do Brasil. Diante disso a Educação Inclusiva é um modelo de educação que tem como objetivo acolher a todos sem discriminação e seus avanços são notórios, devido a grande importância e benefícios conquistados na sociedade ao longo da trajetória do contexto histórico. Neste sentido, a educação Inclusiva se inicia por meio da Educação Especial, assegurado pela lei 9.394, intitulada Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1994 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais

Dificuldades de aprendizagem de uma aluna com síndrome de down: Estudo de Caso do 5º ano, no município de Capanema-Pa

do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 10 Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. 40 Lei de diretrizes e bases da educação nacional § 20 O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 30 A oferta de Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo (SALAMANCA, 1994).

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (SALAMANCA, 1994).

A Educação Especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os estudantes com deficiência (BRASIL, 1994).

De acordo com o artigo 59 da LDBN (BRASIL, 1996), os sistemas de ensino

assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns

O decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, institui o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que objetiva reconhecer, realizar e organizar recursos. Art. 2º. São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II – garantir a transversalidade das ações da Educação Especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino (BRASIL,2008).

O mesmo decreto afirma em seu 3º artigo que, o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste decreto:

- I – implantação de salas de recursos multifuncionais;
 - II – formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
 - III – formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;
 - IV – adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade
 - V – elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
 - VI – estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.
- § 1º. As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008).

Em 2011, após novas reformas, realizadas pela presidente Dilma Roussef. O decreto de 2008 foi revogado pelo decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da Educação Especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I – garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II – aprendizado ao longo de toda a vida;
- III – não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de

Dificuldades de aprendizagem de uma aluna com síndrome de down: Estudo de Caso do 5º ano, no município de Capanema-Pa

deficiência;

IV – garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

A lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências (BRASIL, 2013a).

Breve histórico da Educação Inclusiva

Por volta do século XX a Educação Especial viveu profundas transformações alavancadas pelos movimentos sociais que reivindicaram mais igualdade para os alunos com problemas de aprendizagem. Segundo Marchesi (2004, p, 17), as ideias de inclusão consolidaram-se a partir dos anos de 1960 e requeriam maior igualdade a todas as minorias que sofre algum tipo de inclusão, sendo a inclusão a forma como a escola se adapta para incluir pessoas com necessidades especiais.

De acordo com a LDB art.58, “entende-se por Educação Especial para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com deficiências” (1996, p.1). Atualmente, a educação passa por mudanças significativas em relação à inclusão de pessoas com deficiência, que passaram a fazer parte da inclusão social por meio da educação inclusiva. A LDB afirma no art.59 inciso I que: “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiências: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender às suas necessidades” (1996, p.1).

As escolas enfrentam um grande desafio para receber esse público, tendo compromisso de oferecer-lhes uma educação de qualidade. Apesar dos desafios, a escola pode se tornar um ambiente agradável e um espaço de conhecimento, em que todos possam participar das atividades propostas, respeitando as características individuais de cada aluno, da diversidade no âmbito escolar e dessa forma, a inclusão, pois possui um ambiente formador de opinião.

O desafio da inclusão escolar

Na atualidade, a inclusão de pessoas com necessidades especiais tem aumentado de maneira significativa em todas as esferas do contexto social. A escola tem o principal papel

de promover a valorização da diversidade no âmbito escolar e dessa forma a inclusão, pois possui um ambiente formador de opinião. De acordo com a resolução nº 02 de 11/09/2001 inclusão é definida como “A garantia do acesso continuado ao espaço comum de vida em sociedade” (BRASIL, 2001, p. 20)

A Declaração de Salamanca é uma estrutura de ação em Educação Especial que foi adotada pela conferência mundial organizada pelo governo da Espanha em cooperação da UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 a 10 de junho de 1994. Os delegados da conferência mundial de Educação Especial representando 88 governos e 25 organizações internacionais em Salamanca afirmam e proclamam:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades, necessidades de aprendizagem que são únicas. Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser complementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidade. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escola regular, que deveriam acomodá-los de uma pedagogia centrada na criança capaz de satisfazer tais necessidades escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (SALAMANCA, 1994. p. 1).

Sabemos que na sociedade atual, não podemos ter crianças com necessidades educacionais especiais fora do ambiente escolar, porém, durante muito tempo essa questão foi inviabilizada, e essas pessoas que tinham essas condições ficavam à margem. Mas, a evolução da sociedade acolhedora tem proporcionado espaço escolar para todas as crianças.

No entanto, observa-se que tenha havido um equívoco no ponto inicial em que, foram tiradas as crianças das instituições especializadas, para colocá-las na escola regular, se tivesse sido feitas devidas mudanças para esse recebimento. Para Cortella “a educação inclusiva é aquela que acolhe quem tem diferenças, que exige atendimento especial, nos perturba” (CORTELLA, 2017, p.134).

Algumas concepções sobre Síndrome de Down

A síndrome de Down: é uma alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais no par 21. De acordo com o cientista francês JEROME LEGEUNE, descobriu a verdadeira causa da Síndrome de Down, percebendo que as pessoas que apresentam essa Síndrome, ao invés de terem 46 cromossomos por células agrupadas em 23 pares tinham 47, isto é, um a mais. Alguns anos depois, ele identificou que este cromossomo extra encontrava-se no par 21, por esta razão a Síndrome de Down também é denominada de Trissomia do par 21. Durante muito tempo a pessoa com Síndrome de Down, foi considerada como retardada, incapaz em alguns lugares do mundo, era até considerada como um monstro.

O cabelo não é preto, como é o cabelo de um verdadeiro mongol, mas é de cor castanha, lisa e escassa. O rosto é achatado e largo, os olhos posicionados em linha oblíqua, o nariz é pequeno. Estas crianças tem um considerável para imitação. (PUESCHEL, 2007, p, 48).

O primeiro relato sobre a síndrome foi entre 1864 e 1866, pelo médico inglês John Langdon Haydon Down, que trabalha em uma clínica na Inglaterra, ele listou as características físicas e similares que observou em alguns filhos de mães acima de trinta e cinco anos. Mais precisamente até a década de 1980 as pessoas com síndrome de Down tinham sobrevida de vinte a trinta anos. Hoje a expectativa de vida é de sessenta a setenta anos. A primeira coisa que mudou foi a exigência dos pais, que passaram a obrigar os médicos que cuidavam dos irmãos de Down.

De acordo com o ministério da saúde: “Síndrome de Down não é uma doença e nem uma lesão ou doença crônica que pode ser modificada por meio de intervenção cirúrgica ou qualquer outro tipo de tratamento” (2019, s/p). Ou seja, a criança que tem a SD, tem o direito de uma criança que não possui a Síndrome de Down. Em exercer e praticar a mesma rotina, apesar da criança que possui a SD ser lenta e ter um enorme grau de dificuldade na aprendizagem.

Todo aluno, independente das dificuldades advindas de sua deficiência, poderá, a seu modo e em seu tempo, beneficiar-se de programas educacionais, desde que lhe sejam dadas oportunidades adequadas para que possa desenvolver o seu potencial de aprendizagem e, conseqüentemente, integrar-se. (MAZZOTTA, 1987).

De acordo com a assembleia geral da ONU, o dia internacional da Síndrome de Down foi reconhecida e colocada no calendário oficial dos 193 países proposto pela Down

Syndrome International como o dia vinte e um de março, porque esta data se escreve como 21/3 (ou 3-21), o que faz a trissomia dos 21. A primeira comemoração da data foi em 2006.

Escola Integradora

De uma perspectiva mais política, a necessidade de integração surge dos direitos humanos e se concretiza na prática social do princípio da igualdade: Todos os alunos devem ter direito à educação de forma não segregadora.

Segundo Marchesi, (2004, p.22) “A integração é o processo que permite aos alunos que habitualmente foram escolarizados fora das escolas regulares serem educados nelas”. Os defensores das escolas integradoras afirmam que os alunos com deficiências integrados na escola regular obteriam um melhor desempenho e, por consequência uma socialização mais completa e que no contexto geral essa forma de socialização se torna benéfica a todos os alunos, pois, aprendem com uma metodologia diferenciada e individualista por meio das situações diversificadas que se encontram:

A finalidade do esforço é a educação desses alunos. O meio é a integração. Isso supõe que o sistema educacional em seu conjunto que assume a responsabilidade de dar uma resposta para alcançar tal objetivo, e não uma parte dele, a Educação Especial que se desloca acompanhando os alunos com deficiência que já não são escolarizados nas escolas especiais (MARCHESI, 2004. p.23).

Warnock (*Apud* MARCHESI, 2004, p.24) sustenta a ideia de três principais formas de integração “Física, social e funcional”. A integração física é quando as crianças com deficiências são inseridas na escola regular, compartilhando somente alguns lugares como o pátio ou refeitório, mais continuam mantendo uma organização independente.

Já a integração social presume existência de classes especiais na escola regular, em que os alunos escolarizados realizam com os demais, algumas atividades comuns como jogos e atividades extraescolares. No entanto, a integração funcional é considerada a forma mais completa de integração, em que consiste na participação dos alunos com deficiências, sendo eles inseridos em tempo parcial nas classes de ensino comum e assim participarem com todos os alunos da dinâmica da escola.

O professor e a prática de ensino

Dificuldades de aprendizagem de uma aluna com síndrome de down: Estudo de Caso do 5º ano, no município de Capanema-Pa

Segundo Libâneo (2004, p, 69) “o professor é um profissional cuja atividade principal é o ensino”. Sua formação inicial visa propiciar os conhecimentos, às habilidades e as atitudes requeridas para levar adiante o processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Dessa forma o professor tem que buscar conhecimentos que vão muito além de saberes adquiridos na teoria. Libâneo (2004, p.74) afirma que “saberes são conhecimentos teóricos e práticos requeridos para o exercício profissional”.

Entende-se dessa forma, que para ser um bom profissional é preciso ter compromisso e acima de tudo, ter responsabilidade. A prática é fundamental para uma boa aprendizagem, de acordo com o relato da professora Cristiane especialista em educação inclusiva da Escola São Cristóvão:

Trabalhamos todos os dias o aluno, dependendo da necessidade de cada um. Aprendemos diariamente uns com os outros, conforme praticamos. É na prática que aprendemos as particularidades e os interesses dos mesmos. É dessa forma que construímos o conhecimento, respeitando os limites e as dificuldades de cada aluno (CRISTIANE, 2018)

Gadotti (2013, p. 9) afirma que: “o aluno aprende quando o professor aprende, ambos aprendem quando precisam.”

Mediante a observação, pode-se notar que o professor do 5º ano da escola São Cristóvão, Márcio Douglas, tem quatro alunos inclusos em sua turma, sendo que um desses apresenta Síndrome de Dow. A estudante tem 45 anos de idade, de acordo com o professor, ela possui dificuldades de comunicação verbal e escrita. Em relação à aprendizagem, o professor Márcio Douglas afirma que:

A aluna não é alfabetizada e não consegue (não quer) fazer as lições sem acompanhamento. Todo professor que a orienta tem que pegar em sua mão e guiar seus movimentos A aluna participa em alguns momentos de atividades lúdicas como dança, histórias, pequenas peças (sem fala) e chama o professor de papai (MÁRCIO DOUGLAS, 2018).

De acordo com o diretor Luiz Mário, a estudante participa das aulas de educação física e do programa mais educação, que envolve as aulas de balé, capoeira e karatê. Sobre a aluna o professor relata que: “é a aluna mais agitada, não para quieta, às vezes sai da sala de aula”.

Cortella (2017, p.125) afirma: “crianças com dificuldades de aprendizagem numa sala de aula não são um problema meu. Elas são um problema nosso. Sendo nosso, é meu também, mas não somente meu”. Pode-se observar que o trabalho do professor é possível, graças ao apoio da coordenação pedagógica, da direção e das professoras especialistas em

Educação Especial. Dessa forma à inclusão requer um trabalho em equipe para melhor atender as demandas educacionais dos alunos.

Quanto às dificuldades que encontra na prática do processo de ensino-aprendizagem, o professor Márcio Douglas relata que: “Seria o efetivo controle do tempo em sala de aula, a gestão das necessidades de cada aluno para que cada um seja assistido de maneira proporcional e igualitária dentro do tempo disponível diariamente”.

Quanto ao planejamento, o professor se planeja da melhor forma possível, adaptando as aulas, desde que as mesmas correspondem as realidades vivenciadas em sala de aula, de acordo com as deficiências específicas de cada aluno. Uma das práticas na proposta inclusiva é a realização adaptações e adequações curriculares para a efetiva inclusão das alunas e alunos com deficiência, bem como o Projeto Pedagógico adequado, conforme as orientações do AEE (BATISTA JR, 2010).

Sobre a metodologia, a professora Cristiane especialista em educação inclusiva afirma que:

Não há uma metodologia específica para trabalhar com o aluno incluso, vai de acordo com a necessidade do mesmo. É preciso criar estratégias que envolva o aluno de forma que a aula se torne atrativa é importante a tecnologia para as crianças com deficiências, com a utilização dos jogos educativos, trabalhamos a coordenação motora da criança (CRISTIANE,2018).

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (SALAMANCA, p1, 2014).

Escola relação inclusão

A Escola São Cristovão apresenta uma gestão de forma aberta, tem um Projeto Político Pedagógico (PPP) democrático, com a participação de todos os funcionários e principalmente das famílias:

(...) Cabe a escola prever o encaminhamento para estudo de caso, bem como o conjunto de procedimentos a serem adotados pelo professor, pela coordenação pedagógica, pela direção, pelo professor especialista, pela família e demais envolvido, para a análise do processo e planejamento das providências necessárias para favorecer a aprendizagem do aluno. Com objetivo de garantir, a todas as crianças e adolescentes, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, toda escola deve desenvolver e regulamentar os procedimentos para a identificação de necessidades educacionais presentes no seu alunado. Há que se identificar

Dificuldades de aprendizagem de uma aluna com síndrome de down: Estudo de Caso do 5º ano, no município de Capanema-Pa

tais necessidades para que se possam planejar os passos posteriores, do atendimento a essas necessidades (SEESP/MEC, 2004, p. 18 e 19).

A referida escola é referência no que se refere ao atendimento especializado às crianças com deficiências, haja vista que disponibiliza uma sala de recurso multifuncional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que conta com recursos adaptados e principalmente por dispor de três profissionais com formação em Educação Especial.

A escola promove a inclusão somente para alunos matriculados na mesma. Em relação à avaliação das crianças com deficiências, o diretor Luiz Mário afirma que:

No tocante às avaliações com necessidades especiais, passa por uma diagnose que vai do tipo de necessidade que o aluno apresenta. Por tanto, depende da necessidade do mesmo. Muito embora, entenda-se que a forma de tratamento venha a ser de forma inclusa (LUÍS MÁRIO, 2018)

Em relação à formação dos professores o diretor relata que:

Além do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a escola também tem seus momentos de encontros pedagógicos, onde os profissionais se reúnem para discutir suas ações e também buscar novos métodos para enriquecer suas metodologias em sala de aula (LUÍS MÁRIO, 2018)

O AEE, instituído pelo decreto nº6.571, de 17 de setembro de 2008, tem por objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos/as alunos/as, levando em consideração as suas necessidades educacionais específicas (BATISTA JR, 2010, p.66).

Conclusão

Dessa forma, podemos observar que a escola São Cristóvão trabalha de maneira coletiva, com a participação das famílias, para melhor atender as demandas dos estudantes com deficiência. A escola conta com o apoio do AEE e de uma equipe de profissionais qualificados que visa desenvolver e promover a formação e aprendizagem, moral, intelectual e cognitiva, por meio de conteúdos e adaptações, levando em consideração as características de cada aluno. A referida escola está preparada para receber os alunos independente de suas especificidades, a mesma se torna um ambiente receptível e agradável, contribuindo para o desenvolvimento dos alunos e dessa forma construir uma sociedade justa e igualitária.

A temática abordada neste trabalho traz uma contribuição relevante para o meio acadêmico, principalmente em relação à aprendizagem da pessoa com *síndrome de down*,

tendo em vista as dificuldades e as necessidades de trabalhos nesta área de pesquisa. Embora existam inúmeras publicações sobre o tema tratado, os estudos no campo da educação inclusiva ainda são em número reduzidos.

Sendo assim, esta pesquisa que consistiu em analisar como a falta de profissionais, atendimento e intervenções pedagógicas no âmbito da educação inclusive podem prejudicar o desenvolvimento da aprendizagem da/os aluna/os especiais.

De forma mais prática empenhou-se levantar todas as dúvidas em relação ao processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem da referida aluna: Verificando o ambiente escolar em seus aspectos estruturais, físicos e pedagógicos. As práticas e metodologias desenvolvidas, analisando o rendimento escolar do aluno foram direcionadas para uma melhor compreensão de como acontece o funcionamento de todos que fazem parte da rotina escolar da aluna com síndrome de Down.

Neste sentido, a partir de todas as observações e intervenções feitas ficou claro que a pessoa com deficiência, precisou de um acompanhamento constante, de equipe multidisciplinar e principalmente de profissionais capacitados e comprometidos em ajudar para então, seguir um caminho de sucesso.

A escola desempenha um papel muito importante na formação do pensamento crítico e da aprendizagem significativa dos alunos para a sociedade, pois a partir da interação social os alunos especiais desenvolvem as habilidades necessárias a partir dos estímulos, interesse mútuo e, conseqüentemente a produção de conhecimento, garantindo uma melhora no convívio individual e coletivo, mas principalmente nas ações da rotina escolar.

Para tanto, o lugar de aprendizagem destes indivíduos deve prioritariamente, facilitar a troca de experiências, a criação de vínculos afetivos com o professor mediador e o favorecimento de respeito aos atores envolvidos nesse processo educacional. As competências desenvolvidas nesse contexto devem estar centradas para além de atividades mecânicas e repetitivas. Nesse sentido, as ações docentes devem pautar a realização de intervenções que proponham desafios em prol do desenvolvimento do aluno, fazendo uso de recursos básicos das TA (Tecnologias Assistivas) que são essenciais neste processo educacional.

No decorrer deste trabalho, fica evidente o acompanhamento de uma equipe de profissionais preparados e capacitados para auxiliar no desenvolvimento da aluna com

Dificuldades de aprendizagem de uma aluna com síndrome de down: Estudo de Caso do 5º ano, no município de Capanema-Pa

deficiência. Nada feito de qualquer jeito pode dar certo, é preciso união, pesquisa e compromisso para que os alunos possam de fato crescer e se desenvolver em todos os sentidos.

A escola tem um papel muito importante na formação, pois a interação gera estímulos, interesse e, conseqüentemente produção de conhecimento, garantindo uma melhora no convívio individual e coletivo, mas principalmente nas ações da rotina escolar.

O lugar de aprendizagem destes indivíduos deve prioritariamente, facilitar e favorecer a aprendizagem institucional, de conceitos e habilidades, criando um vínculo de afeto, amor e respeito entre todos. Para além de atividades mecânicas e repetitivas, realizar intervenções que propunham desafios em prol do seu desenvolvimento, recursos básicos das TA (Tecnologias Assistivas) são essenciais neste processo educacional.

Referências

ÁLVARO, Marchesi. **Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas**. In Escolas Inclusivas. 2004.

Disponível em: <https://pt.essays.club/Ci%C3%AAscias-Biol%C3%B3gicas-e-da-Sa%C3%BAde/Psicologia/QUESTION%C3%81RIO-DE-PSICOLOGIA-DEFICI%C3%8ANCIA-E-INCLUS%C3%83O-55648.html>

BASSANI, Cecília da Silva. **A Síndrome de Down e as dificuldades de aprendizagem**. Disponível em: < <https://www.pixfolio.com.br.arq>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

BATISTA JÚNIOR, Ribamar Lopes J.R.L. **Pesquisas em Educação Inclusiva: Questões teóricas e Metodológicas**. Pipa: Comunicação, 2016.

BRASIL Ministério da Educação – Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília: DF. 20 de dez. 1996.

BRASIL. Declaração de Salamanca, Linha de ação sobre necessidades especiais educativas especiais. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, 1994, **Anais**, Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Educação Inclusiva: Direito à diversidade**. Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <<http://www.Planalto.gov.br/ccivil03/leis/l8069.htm/>>

Acesso em: 23 abr. 2018

BRASIL, Legislação Informatizada. **DECRETO Nº 6.571**, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 - Publicação Original. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html> Acesso em 16 ago. 2022.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALÁCIOS, Jesus **Desenvolvimento e Psicológico e Educação Organizada**-2 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

CORTELLA. M.S. **Basta! Reflexões Urgentes para pais e mães**. São Paulo: Editora Nova Século, 2017.

COSTA, L.N.C. **A Inclusão de um aluno com Síndrome de Down**. 56.f. Dissertações (Pós-graduação em Processo de Desenvolvimento Humano e Saúde) – especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão da universidade aberta do Brasil Brasília, 2011.

DECLARAÇÃO de Salamanca, de junho de 1994. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2020

Entenda o que é Síndrome de Down. Disponível em:

<https://noticias.r7.com/saude/entenda-o-que-e-a-sindrome-de-down-21032013>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

GADOTTI, Moacir. Qualidade na Educação :Uma Nova abordagem. In. **Congresso de Educação Básica**, Florianópolis,2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5 .ed. ver .e. Ampl. - São Paulo: Heccus Editora, 2004.

OLIVEIRA, Gisele Santos de. **História da Síndrome de Down**. 2006

Disponível em:< <https://espacodown.wordpress.com/historia-da-sindrome-de-down/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Sobre os autores

Arlen Maia de Melo

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – (PPGEAA/UFGA). Graduado em Letras Língua Portuguesa (UFGA/Castanhal). Graduado em Pedagogia (UNOPAR/Castanhal). E-mail: arlen.maia@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9599-6220>

Dificuldades de aprendizagem de uma aluna com síndrome de down: Estudo de Caso do 5º ano, no município de Capanema-Pa

Rosalva do Rosário Maia

Pós-graduada em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica (UNIFAEL). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Pan-Americana (FPA/Capanema). E-mail: rosolvazalva@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8941-8187>

Ciane Silva Neves

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Pan-Americana (FPA/Capanema). E-mail: cianesilvaneves1702@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2716-7156>

Recebido em: 30/08/2022

Aceito para publicação em: 10/03/2023